



MOÇÃO A

(Aprovada por unanimidade e aclamação no Plenário de Professores e Educadores Contratados e Desempregados - 13 de Setembro)

SER CONTRATADO NÃO É UMA INEVITABILIDADE!

Ano após ano, os concursos são um ritual próprio da precariedade e do desemprego que combatemos. A cada ano, a estabilidade, a carreira e os direitos que só a vinculação garante, parecem mais distantes e as formas de instabilidade aumentam e agravam-se.

Este ano, o MEC procedeu de forma quase inédita: a contratação inicial que deveria ter acontecido no final de agosto, surgiu ontem, ou seja, as escolas começaram o seu trabalho com zero contratados.

As listas de colocações ontem confirmaram que a instabilidade e o desemprego são a imagem de marca deste ministro da Educação e Primeiro-ministro que teimam em considerar absolutamente “normal”. Podemos concluir que para os nossos governantes a anormalidade tornou-se normal.

Os números dizem tudo: dos 1.996 docentes ainda em mobilidade interna, só 793 foram colocados e, destes, 330 em horários temporários. Sobram ainda 1.203!

Dos cerca de 43.000 docentes desempregados, foram colocados 5454, dos quais 879 em horários temporários. Se acrescentarmos as renovações de “ofertas de escola”, temos cerca de 5.794 colocações, ou seja, cerca de menos 3.000 colocações do que há um ano. Em 2012, no dia 13 de setembro, estavam colocados 8.903 contratados!

Acresce que estes professores agora colocados deverão apresentar-se até 2.^a feira nas suas escolas, o que significa que nenhum teve possibilidade de participar nas tarefas de preparação do ano letivo. É esta a anormalidade que o governo e MEC consideram normal.

Por outro lado, o MEC tem procedimentos que estão a gerar grande indignação por serem ilegais e se traduzirem na ultrapassagem de professores com muitos anos de serviço por colegas com muito menos tempo mas que, em anos anteriores, foram escolhidos pelas direções das escolas. De forma completamente ilegal, o MEC está a autorizar as escolas a chamarem à contratação para 2013/2014 docentes que foram contratados no ano anterior, sem que se realize qualquer procedimento concursal ou, legalmente, haja lugar à renovação do contrato

Esta instabilidade que se abate sobre os professores afecta, necessariamente, o funcionamento das escolas e o ensino. Mal pagos, colocados longe de casa, inseguros quanto ao futuro... e mesmo assim cada um dá o seu melhor!

A precariedade hoje não é uma situação transitória, é imposta por quem ali vê uma mina: impõe dependências, reduz despesas com mão-de-obra qualificada, desvaloriza

socialmente os profissionais! Mas se veio para ficar, nós teremos de estar disponíveis para a combater e rejeitar!

Pelas razões acima expostas o **SPGL/FENPROF defendem que aos Professores e Educadores Contratados deveria ser feita a vinculação de acordo com as regras previstas na lei geral do Trabalho.**

Assim, **os Professores e Educadores Contratados e Desempregados reunidos em Plenário, dia 13 de Setembro** de 2013, exigem:

- A realização de um Concurso Intercalar, dotado de vagas que correspondam às necessidades reais das escolas, em 2014, que permita a estes docentes serem reposicionados na carreira de acordo com o seu tempo de serviço;

- Que estes docentes sejam reposicionados na carreira de acordo com o seu tempo de serviço, ainda que faseadamente;

- Que lhes seja aplicado, já, o índice 167 referência de pagamento do 1º escalão da carreira;

- Que seja permitido a todos os professores e professoras, que tenham sido opositores a concurso em 2003, com habilitação própria, continuarem a concorrer, criando-se em simultâneo condições para que possam fazer a sua profissionalização;

- Que não se aplique a prova de avaliação de conhecimentos (vulgo Prova de Ingresso) a nenhum professor que tenha pelo menos, uma avaliação em qualquer modelo que esteja ou tenha estado, em vigor;

- Que lhes seja paga a compensação por caducidade de contrato respeitante aos anos letivos entre 2009 e 2012 (e não apenas ao último ano letivo);

- Que a calendarização de concursos seja feita atempadamente de forma a que não caia no final do 3º período ou em momentos de interrupções escolares ou mesmo nas férias dos docentes;

Para que estas reivindicações sejam uma realidade estes Professores e Educadores estarão disponíveis a integrar as formas de luta gerais da classe bem como especificamente:

- Organizar uma ação de luta prolongada;

- Promover ações de protesto nos locais onde o Ministro da Educação se desloque;

- Encetar contactos com todos os partidos políticos com assento na Assembleia da República;

- Solicitar reuniões com o SEE.